



FISCO | **TOLERÂNCIA VALE 167 MILHÕES**

A tolerância de ponto que o Governo deu em dezembro de 2019, e que não aconteceu em 2020, permitiu que uma receita fiscal no valor da ordem dos 167 milhões de euros tivesse que ser contabilizada já em 2020, ajudando para que o desequilíbrio das contas do Estado não fosse mais grave.



DESPESA | **SEM COVID DE 1,8% PARA SE TER UMA IDEIA DO IMPACTO DA COVID NAS CONTAS PÚBLICAS BASTA DIZER QUE, SEM A PANDEMIA, A DESPESA SUBIRIA 1,8%. O AUMENTO FOI DE 5,3%.**

FUNDO DE RESOLUÇÃO | **82,9 MILHÕES DADOS**

O Fundo de Resolução, um dos acionistas do Novo Banco, recebeu e entregou ao Estado 82,9 milhões de euros de juros pagos pelos empréstimos concedidos àquela entidade financeira. O Banco de Portugal, por outro lado, contribuiu com 479,4 milhões de euros em dividendos para os cofres públicos.



Pagamentos em atraso no mínimo

Segundo as Finanças, os pagamentos em atraso no Serviço Nacional de Saúde atingiram em 2020 mínimos históricos (151 milhões de euros), com uma redução de 109 milhões.

Saldo positivo na Segurança Social

A Segurança Social terminou o ano de 2020 com um saldo global positivo de 2120 milhões de euros, apesar das despesas relacionadas com a Covid.



Contribuintes vão ter mais margem da Autoridade Tributária no mês das tradicionais férias de verão, após propostas aprovadas de PS, PSD, CDS e PCP

Contribuintes aliviados com 'férias fiscais'

Os contribuintes vão poder passar um mês de agosto mais aliviado em virtude das 'férias fiscais' propostas pelo PS, PSD, CDS e PCP. Segundo noticiou o 'Negócios', aqueles partidos querem que os prazos fiscais que terminem no mês de agosto possam ser cumpridos até ao último dia desse mês.

Esta proposta, que ontem foi discutida e aprovada na Assembleia da República, vai permitir, por exemplo, que os contri-

buintes não sejam convocados naquele mês para esclarecer as declarações de IRS. Segundo a bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Paula Franco, o mês de agosto era o eleito pela Autoridade Tributária (AT) para analisar as diligências que existem nas declarações de rendimentos dos contribuintes.

As 'férias fiscais' pretendem replicar aquilo que já existe na Justiça com as férias judiciais.

PRAZOS QUE TERMINEM DURANTE AGOSTO PODEM IR ATÉ AO FIM DO MÊS